

DECRETO Nº 128/2015

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2015

Diário Oficial Eletrônico
Edição: 412 Data 30.09.2015 Página
01

**SÚMULA: HOMOLOGAÇÃO REGIMENTO
INTERNO DO CONSELHO
MUNICIPAL DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .**

O Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Artigo 92, Inciso I, Letra o, da Lei Orgânica do Município, e Art. 8º, Lei Municipal nº 1380/2013, de 31 de outubro de 2013.

DECRETA

Artigo 1º - Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante deste Decreto..

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2015.

PAULO CESAR FEYH

**PREFEITO
CLEONICE MARIA KASPER ZANETTE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUATRO PONTES

Diário Oficial Eletrônico

Edição: 412 Data 30.09.2015Página
02

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

***Art. 1º** - O Conselho Municipal de Saúde de Quatro Pontes é órgão de instância colegiada e deliberativa e de natureza permanente, criado pela Lei nº 028/1993 e atualizado pela Lei nº 1380/2013 de 31 de outubro de 2013; em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei 8080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e Resolução 453/2012.*

***Art. 2º** - O Conselho Municipal de Saúde tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução da política Municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de Controle Social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado. O Conselho poderá avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS e, além disso, examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos.*

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

***Art. 3º** - Compete ao Conselho Municipal de Saúde:*

I – Fortalecer a participação e o Controle Social do SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II – Elaborar o regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções e outras normas de funcionamento;

III – Discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes

aprovadas pelas Conferencias Municipais de Saúde;

IV- Atuar na formação e controle da execução da Política de Saúde incluída seus aspectos econômicos, financeiros e de gerência técnico-administrativa;

V – Definir diretrizes para elaboração dos Planos Municipais de Saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços Municipais;

VI – Anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão municipal;

VII – Propor a adoção de critérios que definam qualidade, melhor resolutividade, verificando o processo de incorporação dos avanços científicos tecnológicos na área da saúde;

VIII – Propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;

IX – Examinar propostas e denúncias, responder as consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do colegiado;

X – Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde do Município Quatro Pontes;

XI – Propor a convocação e estruturar a comissão organizadora da Conferencia Municipal de Saúde;

XII – Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento municipal, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII, da Constituição Federal e a Lei Complementar Nº 141/2012.

XIII – Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e destinação dos recursos;

XIV – Estabelecer critérios quanto à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde pública e privada no âmbito do SUS;

XV – Definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas e filantrópicas de Saúde;

XVI – Apreciar e aprovar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XVII – Estimular, apoiar, promover a capacitação dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde em assuntos e temas na área de saúde de interesse para o desenvolvimento do SUS, contribuindo na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVIII – Aprovar a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde de Quatro Pontes reunidas ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, e convocá-las, extraordinariamente, na forma prevista pelo parágrafo 1 e 5 do Art. 1º da Lei 8142/90;

XIX – Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;

XX – Articular-se com outros conselhos setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e Controle Social;

XXI – Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XXII – Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência;

XXIII – atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho Municipal de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde SIACS conforme resolução 453/2012.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

Art. 4º - Conselho Municipal de Saúde tem a seguinte organização:

1. PLENÁRIO

2. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

3. MESA DIRETORA

3. SECRETARIA EXECUTIVA

Seção I

Plenário

Art. 5º- O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Subseção 1

Composição

Art. 6º - A composição do plenário será conforme Art 3º da Lei Municipal 1380/2013 garantida a paridade dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos:

Conselho Municipal de Saúde de Quatro Pontes – Pr., terá a composição paritária de 16 conselheiros, sendo necessário um titular e um suplente para cada segmento:

I – 50% de representantes de entidades e dos movimentos sociais de usuários do SUS,

totalizando 04 (quatro) titulares e 04 (quatro) suplentes. Não poderão ser representantes: funcionários públicos Municipais, durante o exercício da profissão, ou seja, ao aposentar nada impede a sua participação.

II – 25% de representante de trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde, totalizando 2 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes.

Entende-se por Trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde todos os profissionais contratados para desempenhar qualquer função. Apenas será vedada a participação de profissionais com cargo de chefia ou cargo provimento comissão.

III – 25% totalizando 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) suplentes, que será dividido entre a Gestão Municipal e Prestadores de Serviço:

a) – Gestão Municipal totalizando 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente:

b) – Prestadores de Serviços totalizando 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente.

Os representantes deverão ser escolhidos em reunião e lavrada em ATA, para ser entregue juntamente com indicação do conselheiro para arquivar junto ao CMS.

§ 1º- As entidades e os movimentos sociais dos representantes usuários do SUS serão os seguintes:

- 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente das Entidades Legalmente Constituídas;

- 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente das Associações de Moradores Urbanos;

- 01 (um) Representante titular e 01 (um) suplente das Associações Moradores Rurais;

- 01 (um) Representante titular e 01 (um) suplente da Entidade Patronal (ACIQUAP).

Art. 7º – Convocação do Conselho Municipal de Saúde para a indicação dos Conselheiros:

I – O Conselho Municipal de Saúde deverá enviar solicitação a cada entidade que representa os Usuários do SUS para indicação de 2 (dois)- titular/suplente para Conselheiro Municipais de Saúde;

II – Encaminhará ao Gestor Municipal de Saúde o prazo para realização Plenária dos Trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde, que deverá eleger os Conselheiros representantes dos Trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde e será acompanhada pelo Conselho Municipal de Saúde, onde será lavrada em Ata a eleição dos Conselheiros Trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde;

a) – O Gestor Municipal de Saúde devera fazer uma convocação por escrito estendida a toda rede de saúde publica do Município de Quatro Pontes, de forma ostensiva afixando em lugares Públicos e visíveis sobre tal convocação com antecedência de 5 dias;

b) A convocação deverá também ser enviada ao Conselho Municipal de Quatro Pontes, em atendimento ao Art. 6º Inciso II deste regimento.

III – Solicitar ao Prefeito Municipal de Quatro Pontes a indicação dos seus representantes, em atendimento a letra “a” do inciso III do Art. 6º deste regimento.

IV – Solicitar aos Prestadores de Serviços de Quatro Pontes a indicação dos seus

representantes, em atendimento a letra “b” do inciso III do Art. 6º deste regimento.

§ 1º- O prazo para a indicação dos Conselheiros Municipais de Saúde de Quatro Pontes será de 10 (dez) dias que antecedem a Conferência Municipal de Saúde de Quatro Pontes.

Art. 8º – O Presidente do Conselho Municipal de Saúde será escolhido pelo voto direto, na forma de votação fechada na primeira reunião ordinária, ficando vetado o Gestor de Saúde a candidatar-se.

§ 1º – Concluída a Conferência Municipal de Saúde de Quatro Pontes e designados os novos representantes do Conselho Municipal de Saúde, caberá ao Gestor Municipal de Saúde de Quatro Pontes presidir a reunião e o prefeito municipal dará a posse aos conselheiros e em seguida se realizará a eleição do Presidente do Conselho.

§ 2º – será eleita diretamente em votação secreta pela Plenária do Conselho e será composta de:

- Presidente;*
- Vice-Presidente;*
- Secretário e,*
- Vice-Secretário*

Art. 9º – O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Quatro Pontes será definido pelas respectivas representações. As entidades, movimentos e instituições eleitas para o Conselho de Saúde terão seus representantes indicados, por escrito conforme processos estabelecidos pelas respectivas entidades, movimentos e instituições e de acordo com sua organização, conforme resolução 453/2012, que recomenda que ocorra renovação de seus representantes. A recomendação explicitada é de que, a cada eleição do Conselho, que se dará a cada quatro anos nas conferências Municipais de Saúde, os segmentos representantes de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério promovam a renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas.

§ 1º - O presidente terá seu mandato por dois anos, sendo obrigatório nova eleição, caso seja vontade de todos poderá ser reconduzido por mais dois anos.

Art. 10º - As funções de membro do Conselho Municipal de Saúde não serão remuneradas, considerando-se o seu exercício relevante serviço público.

§ 1º – Os Conselheiros representantes dos trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde de Quatro Pontes, não terão direito a banco de horas em caso que a reunião seja após o horário de trabalho os outros segmentos deverão negociar com suas instituições de trabalho.

§ 2º- Para fins de justificativa junto aos órgãos competentes, o Conselho Municipal de Saúde poderá emitir declaração de participação de seus membros durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas.

§ 3º - Será dispensado, automaticamente, o conselheiro titular que, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas no período de um ano civil sem justificativa e sem o comparecimento de seu suplente, ficando a cargo do conselheiro titular solicitar ao suplente que o represente nas reuniões no caso de seu impedimento;

§ 4º - A perda do mandato será declarada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, que avaliarão as justificativas e decididas por maioria simples dos seus membros, comunicada ao Prefeito Municipal e/ou entidades que representam, para tomada das providências necessárias à sua substituição na forma da legislação vigente;

§5º - As justificativas de ausências deverão ser apresentadas por escrito na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde até a próxima reunião ordinária.

Art. 11º - O CMS poderá solicitar para fins de capacitação a presença de entidades, autoridades e técnicos estaduais ou municipais, para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do CMS, sob a coordenação de um de seus membros. Sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Quatro Pontes as despesas financeiras se assim tiver.

Subseção II

Funcionamento e Convocação

Art. 12º – Em conformidade com a Resolução 453/2012, a Prefeitura Municipal de Quatro Pontes garantirá autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da Secretaria Executiva com necessária infraestrutura e apoio técnico administrativo, em atendimento:

I – Cabe ao Conselho Municipal de Saúde deliberar à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal;

II – O Conselho Municipal de Saúde contará com um(a) secretário(a) coordenada por pessoa preparada para a função, para suporte técnico administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho que definirá a sua estrutura e dimensão.

III – O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver:

a) Convocação formal da Mesa Diretora.

b) Convocação formal de metade, mais um de seus membros titulares.

IV – As reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde serão abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

Art. 13º - *O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á, ordinariamente, 12 (doze) vezes por ano, e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou em decorrência de requerimento da maioria absoluta dos seus membros.*

§1º - *As reuniões serão iniciadas com a presença da maioria absoluta (50% + 1) dos membros do conselho que deliberarão pela maioria simples (50% + 1) dos presentes;*

§2º - *Cada membro terá direito a um voto e na presença do titular o suplente não terá direito a voto, mas será assegurado o direito a voz.*

Art. 14º - *O Presidente, e na sua ausência o vice-presidente, terá as seguintes atribuições:*

§1º - *Conduzir as Reuniões Plenárias;*

§2º - *Encaminhar para efeito de divulgação pública as Resoluções, Recomendações e Moções emanadas do Plenário, nas Reuniões por ele presididas.*

Art. 15º – *O secretário terá as seguintes atribuições:*

§1º - *Contribuir com a elaboração das atas, resoluções, recomendações e moções do conselho.*

§ 2º - *Acompanhar a manutenção do arquivo do conselho.*

Art. 16º - *O Vice - Secretário substituirá o secretario na sua ausência e terá as mesmas atribuições.*

Art. 17º - *O Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá direito apenas ao voto nominal e, a prerrogativa de deliberar em casos de extrema urgência ad referendum do Plenário, submetendo o seu ato à ratificação deste na reunião subsequente.*

Art. 18º - *A pauta da reunião ordinária constará de:*

a) discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

b) informes dos Conselheiros e apresentação de temas relevantes para o conhecimento da plenária.

c) ordem do dia constando dos temas previamente definidos e preparados, nos termos que estabelece o § 5º deste artigo;

d) deliberações;

e) encerramento.

§1º - Os informes e apresentação de temas não comportam discussão e votação, somente esclarecimentos breves. Os Conselheiros que desejarem apresentar informes devem inscrever-se logo após a leitura e aprovação da ata anterior

§2º - Para apresentação do seu informe cada conselheiro inscrito disporá de 5 minutos improrrogáveis. Em caso de polêmica ou necessidade de deliberação, o assunto deverá passar a constar da ordem do dia da reunião ou ser pautado para a próxima, sempre a critério do Plenário;

§3º - A definição da ordem do dia partirá da relação dos temas básicos aprovados pelo Plenário, dos produtos das comissões, das indicações dos conselheiros ao final de cada Reunião Ordinária;

§4º - Sem prejuízo do disposto no § 3º deste artigo, a Secretaria Executiva poderá proceder à seleção de temas obedecidos os seguintes critérios:

- a) Pertinência (inserção clara nas atribuições legais do Conselho);*
- b) Relevância (inserção nas prioridades temáticas definidas pelo Conselho);*
- c) Tempestividade (inserção no tempo oportuno e hábil);*
- d) Precedência (ordem da entrada da solicitação);*

§5º- Cabe à Secretaria Executiva a preparação de cada tema da pauta da ordem do dia, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaques aos pontos recomendados para deliberação, a serem distribuídos pelo menos uma semana antes da reunião, sem o que, salvo à critério do plenário, não poderá ser votado.

Art. 19º - *As deliberações do Conselho Municipal de Saúde, observado o quórum estabelecido, serão tomadas pela maioria simples de seus membros, mediante:*

- a) Resoluções homologadas pelo Prefeito Municipal sempre que se reportarem a responsabilidades legais do Conselho;*
- b) Recomendações sobre tema ou assunto específico que não é habitualmente de sua responsabilidade direta, mas é relevante e/ou necessário, dirigida a ator ou atores institucionais de quem se espera ou se pede determinada conduta ou providência;*
- c) Moções que expressem o juízo do Conselho, sobre fatos ou situações, com o propósito de manifestar reconhecimento, apoio, crítica ou oposição;*

§ 1º - As deliberações serão identificadas pelo seu tipo e numeradas correlativamente;

§ 2º - As Resoluções do Conselho Municipal de Saúde serão homologadas pelo Prefeito Municipal e publicadas no diário oficial do Município, no prazo máximo de trinta dias, após sua aprovação pelo Plenário;

§3º - Na hipótese de não homologação pelo Prefeito Municipal, a matéria deverá retornar ao Conselho Municipal de Saúde na reunião seguinte, acompanhada de justificativa e proposta alternativa, se de sua conveniência. O resultado da deliberação do Plenário será novamente encaminhado ao Prefeito Municipal e publicada no diário

oficial do Município, no prazo máximo de trinta dias, após sua aprovação pelo Plenário;

§ 4º- A não homologação, nem manifestação pelo Prefeito Municipal em trinta dias após o recebimento da decisão, demandará solicitação de audiência especial do Prefeito para comissão de Conselheiros, especialmente designada pelo Plenário;

§5º- Analisadas e/ou revistas as Resoluções, seu texto final será novamente encaminhado para homologação e publicação devendo ser observado o prazo previsto no parágrafo § 3º.

Art. 20º - *As Reuniões do Conselho Municipal de Saúde, observada a legislação vigente, terão as seguintes rotinas para ordenamento de seus trabalhos:*

I - As matérias pautadas, após o processo de exame preparatório serão apresentadas preferencialmente por escrito, destacando-se os pontos essenciais, seguindo-se a discussão e, quando for o caso, a deliberação;

II - As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro, ficando excluída a possibilidade de votação secreta;

III - A recontagem dos votos deve ser realizada quando a presidência da Plenária julgar necessária ou quando solicitada por um ou mais conselheiros.

Art. 21º - *As atas das reuniões do Plenário devem constar:*

a) relação dos participantes seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade (titular ou suplente) e do órgão ou entidade que representa;

b) resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

c) relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(eis) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro(s);

d) as deliberações tomadas, inclusive quanto a aprovação da ata da reunião anterior aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções, incluindo votação nominal quando solicitada;

§1º - O teor integral das matérias tratadas nas reuniões do Conselho estarão disponíveis na secretaria executiva em cópia de documentos apresentados;

§ 2º - A Secretaria Executiva providenciará a remessa de cópia da ata de modo que cada Conselheiro possa recebê-la, no mínimo, 5 dias antes da reunião em que será apreciada;

§3º - As emendas e correções à ata serão entregues pelo(s) Conselheiro(s) na Secretaria Executiva até o início da reunião que a apreciará.

Art. 22º - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde pode fazer-se representar perante instâncias e fóruns da sociedade e do governo através de um ou mais conselheiros designados pelo Plenário com delegação específica.

Seção II

Comissões e Grupos de Trabalho

Art. 23º - O Conselho Municipal exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei 8.080/90, poderá instalar outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho de conselheiros municipais para ações transitórias. As Comissões poderão contar com integrantes não conselheiros.

§ único - Em função das suas finalidades, as Comissões e Grupos de Trabalho tem como clientela exclusiva o Plenário do Conselho Municipal de Saúde que lhes encomenda objetivos, planos de trabalho e produtos e que poderá delegar-lhes a faculdade para trabalhar com outras entidades.

Seção III

Atribuições dos Representantes do Colegiado

Subseção I

Representantes do Plenário

Art. 24º - Aos Conselheiros incumbe:

- I - Zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal de Saúde;*
- II - Estudar e relatar, nos prazos pré-estabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;*
- III - Apreciar e deliberar sobre matérias submetidas ao Conselho para votação;*
- IV - Apresentar Moções ou Proposições sobre assuntos de interesse da saúde;*
- V - Requerer votação de matéria em regime de urgência;*
- VI - Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, dando ciência ao Plenário;*

VII - Apurar e cumprir determinações quanto as investigações locais sobre denúncias remetidas ao Conselho, apresentando relatórios da missão;

VIII - Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho;

IX - Construir e realizar o perfil duplo do Conselheiro - de representação dos interesses específicos do seu segmento social ou governamental e de formulação e deliberação coletiva no órgão colegiado, através de posicionamento a favor dos interesses da população usuária do Sistema Único de Saúde.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I - Estrutura –

Art. 25º - *O Conselho Municipal de Saúde terá uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada ao seu Presidente.*

§ Único - *A Secretaria Executiva é órgão vinculado ao Secretário Municipal de Saúde, tendo por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo ao Conselho, suas Comissões e Grupos de Trabalho, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais expressas nos Capítulos I e II deste Regimento;*

Art. 26º - *São atribuições da Secretaria Executiva:*

I - Preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de Temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - Acompanhar as reuniões do Plenário, assistir ao Presidente da mesa e anotar os pontos mais relevantes visando a checagem da redação final da ata;

III - Dar encaminhamento às conclusões do Plenário, inclusive revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;

IV - Acompanhar e apoiar os trabalhos das Comissões e Grupos de Trabalho inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de produtos ao Plenário;

X - despachar os processos e expedientes de rotina;

XI - Acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções, Recomendações e Moções emanadas do Conselho e dar as respectivas informações atualizadas durante os informes do Conselho Municipal de Saúde.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27º - *O Conselho Municipal de Saúde poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado(s).*

Art. 28º - *Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidas pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde.*

Art. 29º - *As Comissões e os Grupos de Trabalho poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgão municipal, empresa privada, sindicato ou entidade civil, para comparecer às Reuniões e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plenário.*

Art. 30º - *O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) de seus Membros.*

Art. 31º - *As eventuais divergências ou conflitos com atos infra-legais em vigor na data da aprovação deste regimento, terão sua validade condicionada às respectivas alterações nos atos, devendo sua viabilização ser da competência do Secretário Municipal de Saúde.*

Art. 32º - *Ficam revogadas as disposições em contrário.*

Quatro Pontes, 23 de setembro de 2015.